

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.497.932 - SP (2019/0128243-0)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S.A - EM LIQUIDACAO**  
**ADVOGADOS : DENIS ATANAZIO - SP229058**  
**MARIA EMILIA GONÇALVES DE RUEDA E OUTRO(S) - PE023748**  
**AGRAVADO : FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO**  
**ADVOGADO : NEI CALDERON E OUTRO(S) - SP114904**  
**AGRAVADO : CEMV COMERCIO CONSTRUTORA E ENGENHARIA LTDA - EPP**  
**ADVOGADO : RICARDO SALGUEIRO E OUTRO(S) - SP142292**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo apresentado por NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S.A - EM LIQUIDACAO contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea *a*, da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim resumido:

CONTRATO ADMINISTRATIVO - COBRANÇA DE MULTA POR INEXECUÇÃO PARCIAL DO CONTRATO - REFORMA CM ESCOLA - ESCUSA DA APELANTE - CHUVAS NO PERÍODO - AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO - FATOS NÃO SUSCITADOS NO DECORRER DO CONTRATO - AUSÊNCIA DE PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO - LIVRO DE OCORRÊNCIA QUE ATESTOU INSUFICIÊNCIA DE MÃO DE OBRA E MATERIAL - SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA MANTIDA - RECURSO DE APELAÇÃO DESPROVIDO

A parte alega violação do art. 757 do CC, no que concerne à limitação da obrigação da seguradora em ressarcir a condenação, trazendo os seguintes argumentos:

Ocorre, Ínclitos Ministros, que em que pese a interposição de Recurso de Apelação em face da r. Sentença, por esta Cia. Seguradora, com o intuito de ver reformada, no sentido de limitar a obrigação da Nobre Seguradora a indenizar apenas os valores impostos ao réu/segurado e nos limites da apólice contratada, o E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo ficou-se inerte, mantendo a Sentença intacta, ferindo, insofismavelmente, o art. 757, do Código Civil brasileiro.

Isto porque, Ínclitos Ministros, como é sabido, a Seguradora apenas está obrigada a garantir interesse legítimo de seu SEGURADO, conforme exorta o art. 757 do CC.

Ora, no caso dos autos, não há dúvidas da afronta ao citado

dispositivo legal, uma vez que a condenação imposta a esta Seguradora ultrapassa o interesse da pessoa do SEGURADO, adentrando ao interesse de outrem, tendo vista que a condenação fora imposta de forma solidária aos demandados (fls. 755/756).

É o relatório. Decido.

Na espécie, incide o óbice das Súmulas n. 282/STF e 356/STF, uma vez que a questão não foi examinada pela Corte de origem, tampouco foram opostos embargos de declaração para tal fim. Dessa forma, ausente o indispensável requisito do prequestionamento.

Nesse sentido: REsp n. 1.160.435/PE, relator Ministro Benedito Gonçalves, Corte Especial, DJe de 28/4/2011; AgInt no AREsp n. 1.339.926/PR, relator Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, DJe de 15/2/2019; e REsp n. 1.730.826/MG, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 12/2/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente